
Geografia e controle territorial : saber estratégico para quem?

Eliane Tomiasi Paulino *

RESUMO

O conhecimento do espaço tem sido, ao longo da história humana, uma forma de delimitar o território e exercer o poder. Nesta perspectiva, a consolidação da ciência geográfica coincide com um estágio específico de relações sociais em que, para otimizar as relações econômicas e garantir a perpetuação das relações de poder, recorre-se progressivamente aos conhecimentos sobre o espaço e a sociedade. Reconhecendo o seu potencial estratégico e ante a dinâmica atual, o comprometimento no exercício da geografia coloca-se como possibilidade de construção de um devir, na perspectiva de uma sociedade de cidadãos.

PALAVRAS-CHAVES: Geografia, Território, Gestão, Cidadania

INTRODUÇÃO

O conceito território implica não apenas em uma dimensão espacial, mas pressupõe a existência de relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Portanto, é partindo da premissa de que as relações de poder interferem na construção do território, que discutiremos a questão da geografia e a gestão do território.

Ao levarmos em conta que as relações de poder remontam ao período em que o homem passa a se organizar em sociedade, inferimos que a gestão territorial é muito antiga, ao contrário da ciência geográfica, que somente é sistematizada enquanto saber autônomo no século XIX.

No entanto, cumpre salientar que nos primórdios das sociedades humanas, a gestão territorial se consolidava em bases simples, via de regra, conduzida pelo chefe da família nômade. À medida em que as sociedades foram evoluindo, o controle sobre o território foi se tornando mais complexo, mais conflituoso, sendo este o processo que nos propomos a analisar.

Desconsiderando o longo período que antecede a consolidação da ciência geográfica, é

a própria lógica da expansão capitalista que nos permite entendê-la, visto apresentar-se como resposta às crescentes necessidades de conhecimento sobre o globo terrestre. Em outras palavras, é a expansão do capitalismo que reclama a sistematização de um saber científico voltado à compreensão do espaço, com o fito de identificar o potencial em recursos/possibilidades que garantam a acumulação capitalista em escala ampliada.

Nesta perspectiva, é o contexto das diferentes nações européias do século XIX que nos fornece indicativos preciosos para compreendermos o processo, pois em plena corrida colonial, tínhamos na Alemanha um conjunto de feudos desarticulados, que não participaram da partilha da África e Ásia.

Tendo em vista que o controle sobre o território impõe um conhecimento prévio sobre o recorte espacial em questão, a Alemanha era, naquele momento, a portadora das condições concretas para o impulsionamento do processo de consolidação da geografia enquanto saber autônomo.

Assim, Humboldt e Ritter, os precursores da Geografia contemporânea, atuaram num

* Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Caixa Postal 6001. CEP 86051-990 - Londrina PR. E-mail: paulino@onda.com.br

contexto em que o conhecimento geográfico constituiu-se em instrumento importante no processo de unificação territorial. Na sequência, teremos outro pensador, igualmente alemão originário da aristocracia junker, inscrevendo-se de forma decisiva na História do Pensamento Geográfico.

O legado de Ratzel adquire significado quando o relacionamos ao processo de constituição real do Estado Alemão. Pelas próprias condições já apontadas, cuja unificação tardia implicou inclusive na inexistência de um processo de revolução burguesa, a forte tendência ao autoritarismo/militarismo expansionista explica-se pela manutenção das bases de dominação da aristocracia agrária nas estruturas políticas da Alemanha recém constituída.

A geografia de Ratzel é a expressão mais contundente da captura do saber por uma classe que necessita legitimar ações concretas de apropriação. Assim, a tese do espaço vital encaixa-se perfeitamente às políticas bismarckianas de anexação de territórios, como os de Alsácia e Lorena, perdidos pela França.

É o intenso imbricamento entre saber geográfico e controle sobre o território que faz a França voltar-se à Geografia, tornando a disciplina obrigatória no ensino fundamental. Florescem, assim, na França, as condições para que o saber geográfico se expanda. No contexto da derrota imposta pela Alemanha, outro importante geógrafo irá se destacar, desta vez o francês Vidal de La Blache.

Sua obra irá se basear na necessidade explícita de combater a política de anexação de territórios dentro da Europa, logo, de combater os pressupostos Ratzelianos travestidos em ações políticas. Desta maneira, a teoria dos gêneros de vida, ao mesmo tempo em que legitima o colonialismo francês, pois pressupõe a necessidade de contato entre civilizações mais avançadas, para que as estagnadas possam evoluir (como é o caso daquelas que foram alvo da colonização), nega o determinismo ambiental.

Ainda dentro da perspectiva do imbricamento entre saber geográfico e controle territorial, vamos encontrar a obra de Hartshorne, que na primeira metade deste século irá se constituir em suporte para um estágio mais avançado do capitalismo, o qual passa a prescindir cada vez mais de um planejamento prévio, a fim de dirigir os investimentos no sentido de maximizar os

lucros. Assim, o conhecimento geográfico comparece como potencial instrumento de precisão na gestão do território, pelas informações estratégicas que detém sobre as mais diversas porções do globo terrestre.

Claro está que o conhecimento geográfico é apropriado pela classe dominante, constituindo-se em instrumento por excelência de perpetuação das relações de poder estabelecidas. Não é para menos que o respeitável geógrafo francês Yves Lacoste (1977) tenha produzido uma obra denominada "A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra".

GESTÃO TERRITORIAL E PODER

O fato do Estado ser apropriado por frações de classe, torna o controle territorial um instrumento de manutenção do *status quo*. Assim, vamos encontrar políticas globais, nacionais ou locais de cunho estrategista, daí o conceito de gestão territorial.

Um exemplo de gestão territorial em escala global é o plano Marshall, que reconstruiu uma Europa dilacerada pela Segunda Guerra Mundial, estendendo suas ações também ao Japão. É evidente que os Estados Unidos não foram movidos por causas humanitárias, mas por estratégias de geopolítica mundial, pois impunha-se a necessidade de capturar territórios que pudessem desequilibrar as relações de poder com o mundo socialista.

Em se tratando do Brasil, há expressões contundentes de gestão sobre o território desde o período colonial. A própria política econômica baseada na concessão de sesmarias revela a necessidade da classe dominante não perder o controle sobre o patrimônio fundiário. Para MARTINS (1981), o impedimento da população não branca, de "sangue impuro" a uma porção de terra era, antes mesmo de uma política de concentração fundiária, uma estratégia de viabilização da economia escravista, visto que o tributo representado pela compra do escravo deveria necessariamente ser repassado à produção, encarecendo-a. Nesta perspectiva, se houvesse uma economia baseada no trabalho livre, de pequenos produtores autônomos, logo de custo mais baixo, poderia se instalar uma concorrência indesejável para o empreendimento agromercantil do Brasil colônia.

Com a decadência do regime escravista a aristocracia agrária se antecipa, criando em 1850 a Lei de Terras, que veda a posse e torna a terra mercadoría, de livre acesso apenas àqueles que puderem comprá-la. A elevação artificial do preço e a transferência do patrimônio fundiário para a União, somente pode ser entendida a partir da eminência de uma ruptura implícita no “trabalho livre”, que somente se consolidaria se não houvessem terras disponíveis. É por isso que MARTINS (1979,p.15) afirma que “num regime de terras livres, o trabalhador tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”

Deste modo, a Lei de Terras garante o controle da classe proprietária sobre a força de trabalho indispensável à continuidade do empreendimento agropecuário com vistas ao mercado internacional. Entre os mais de quatro milhões de imigrantes que chegaram no Brasil para serem trabalhadores livres, poucos sabiam de antemão que seriam livres apenas para venderem sua força de trabalho, a preço vil, para os senhores da terra.

Se até a década de 30, a gestão territorial comandada pelo Estado (esta abstração que oculta as composições de classe **no** e para o poder) encontrava-se dissimulada, a grande depressão desta década enterrou o liberalismo, com seus pressupostos de livre regulação pelo mercado, passando o Estado a intervir firme e explicitamente na economia.

É a partir dos pressupostos de Keynes que vamos entender a ruptura com o modelo agro-exportador e a ascensão da burguesia industrial, a qual passa a encontrar terreno fértil para a expansão de suas atividades no Brasil. Cumpre salientar que tratamos de um processo, pois segundo OLIVEIRA (1993), já no início deste século o Estado Brasileiro cria uma política de proteção tarifária às indústrias de bens de consumo não duráveis, fato que favoreceu a sua consolidação.

O privilégio dado à expansão industrial, logo, aos capitalistas, em detrimento dos oligarcas, torna-se expressivo a partir do governo de Getúlio Vargas, culminando no “Plano de Metas” de Juscelino Kubstchek. É o Plano de Metas que exprime a versão mais acabada da gestão territorial, pois o planejamento é levado a corrigir os empecilhos para a livre expansão capitalista, seja através da atuação estatal em segmentos que

não produzem lucros imediatos, como as obras de infra-estrutura, seja através de políticas de crédito subsidiado, os quais realizaram uma fantástica transferência da poupança pública para o setor privado.

É no contexto de um Estado capturado por interesses privados que podemos entender a criação de órgãos voltados especificamente ao suporte da atividade econômica de determinados setores. É por isso que SOJA (1993) nos lembra que nos países subdesenvolvidos, o Estado basicamente limitou-se a atuar no sentido de diminuir os riscos para a atividade capitalista, em detrimento das políticas sociais.

A criação das superintendências regionais como a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), SUDESUL (Superintendência para o Desenvolvimento do Sul), SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste) etc. é a expressão do planejamento pautado na teoria dos Pólos de Desenvolvimento de Perroux, cuja ressonância foi enorme na América Latina, em especial no Brasil.

No entanto, conforme já se fez referência, estas superintendências, ao propugnar a atuação no sentido de diminuir as diferenças regionais, estavam na verdade ampliando a capacidade de acumulação dos grupos dominantes. Basta verificar o imenso impacto da SUDAM na Amazônia que, ao criar incentivos e isenções fiscais da ordem de até 50%, passou a atrair em massa os capitalistas do centro-sul.

Mediante a simples apresentação de projetos agropecuários, estes empresários conseguiram apropriar-se não só de recursos, mas também de enormes porções de terra, desalojando as populações indígenas e ribeirinhas, desencadeando assim uma série de conflitos sociais dos quais os massacres de Corumbiara (Rondônia) e Eldorado do Carajás (Pará) não são meros fatos isolados.

Segundo OLIVEIRA (1988), na década de 70 a SUDAM passou a aprovar somente projetos agropecuários para mais de 25.000 hectares de terra, razão pela qual a Amazônia tornou-se o lugar dos maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou, a ponto de possuir, em 1985, um único estabelecimento com 4 milhões de hectares.

Deve-se ressaltar que esta foi uma política deliberada, visando consolidar o modelo de

exploração empresarial da terra, em detrimento da agricultura familiar. Além disso, foi a política de incentivos fiscais que garantiu uma transferência gigantesca de recursos públicos para a iniciativa privada, para os bancos, para as empresas automobilísticas do sudeste, cuja prática tem sido o enquadramento à legislação em suas empresas urbanas e, muitas vezes, o desrespeito até mesmo das normas mais elementares que regem uma sociedade capitalista, visto haverem comprovados casos de relações de escravidão nas longínquas e semi-exploradas fazendas de alguns destes grupos na Amazônia.

Vimos assim que a gestão territorial é um instrumento por excelência de maximização da acumulação, manifestados a partir das mais diferentes faces. Expressa na política de superintendências dos anos 60 e 70 (ainda não desmontada inteiramente), no PIN (Plano de Integração Nacional) dos anos 70, entre outros, irá assumir novas formas nos anos 80.

Com o esgotamento do “milagre brasileiro”, resultado de uma conjuntura mundial provocada pela manobra americana de atrair investidores estrangeiros, ocorre uma abrupta diminuição da liquidez do mercado financeiro, o que provoca o fim dos empréstimos fáceis no exterior. Neste contexto, ao mesmo tempo em que cessa o crédito, explodem as taxas de juros, levando o Estado Brasileiro a desviar grande parte da receita para o pagamento da dívida externa. Não obstante, a lógica de dar suporte aos investimentos capitalistas se mantém e, ante os cofres dilapidados, opta-se pelo corte progressivo nos serviços públicos essenciais.

É neste contexto que avança o neoliberalismo, pelas formas alternativas que tornam possível a manutenção das taxas de acumulação: basta verificar que o Estado, ao abdicar de políticas públicas de educação, saúde, transportes etc, cria oportunidades crescentes de negócios para a iniciativa privada.

Somado aos novos mercados criados pelo afastamento do Estado de suas funções precípuas, articula-se o processo de privatizações, visto que a lógica de reprodução ampliada do capital às expensas do erário público se aprofunda no país. Com isso, opta-se por dilapidar o enorme patrimônio público, construído com os recursos de toda uma nação.

Com a justificativa de que o Estado seria

administrador ineficiente e as estatais perdulárias, transfere-se de estradas a empresas de comunicação a poderosos grupos privados, que ganham duplamente, pois além de adquirir um mega patrimônio a preço vil (cuja arrecadação já se dissolveu na ciranda do déficit público), ganham o monopólio de serviços estratégicos e essenciais. Doravante, a sociedade fica inteiramente refém dos monopólios privados, pois a regulamentação proposta como mecanismo de controle destes grupos tenderá a demonstrar sempre uma eficiência compatível com os interesses do pacto de poder estabelecido.

O afastamento do Estado nunca esteve tão explícito como no governo de Fernando Henrique Cardoso, em especial nos setores como os da saúde, cujos investimentos tem diminuído ano a ano, a despeito do indisfarçado tributo criado com a justificativa de socorrê-la, fato não consumado e reconhecido pelo próprio Ministro da Saúde José Serra, cuja manifestação de descontentamento ante ao desvio dos recursos arrecadas pela CPMF (contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras) lhe rendeu a humilhação do desdito, sob pena de demissão sumária.

A voracidade de um Estado que usa a saúde pública agonizante para criar novos mecanismos de extrair ainda mais renda dos trabalhadores, revela-se pouco tempo depois, quando o imposto, praticamente duplicado, torna-se um dos personagens principais do idílico “ajuste fiscal”, leia-se aumento da arrecadação a ser transferida para os insaciáveis “investidores globais”.

Paralelamente a este estado de coisas, explodem as epidemias que há algumas décadas estavam controladas, voltam doenças tidas como erradicadas, morre-se como nos velhos tempos, como se a revolução médico-sanitária não tivesse acontecido há mais de meio século.

No entanto, este cenário não é homogeneizante, devendo ser relacionado ao poder de compra da sociedade, visto que, aos que podem pagar, a revolução científica é concreta, dados os modernos recursos existentes. Trata-se de uma questão de perspectiva: a saúde tornou-se explicitamente uma questão privada no país.

Em se tratando da educação, outra atribuição inquestionável de um Estado que controla e exerce sem parcimônia o poder de arrecadar, a deterioração igualmente se manifesta. O discurso

massivo da opção pela mesma não resiste ao apelo de uma realidade manifesta em imensas carências em termos materiais e humanos: da falta de vagas ao “projeto” de capacitação e valorização dos profissionais envolvidos.

Mas não se pode deixar de constatar as estratégias do governo, materializado em personagens concretos como o Presidente da República e o Ministro da Educação que, a despeito de terem a sua trajetória vinculada ao projeto de educação pública e gratuita em todos os níveis, criam agora um pseudo responsável pelas mazelas do ensino médio e fundamental, advindas do baixo investimento: nada menos que o ensino superior público.

Na falta de vilões nacionais, desaparecidos com as falecidas estatais, surge a Universidade, execrada publicamente pelo suposto desvio da maior parte das verbas da educação, devendo portanto ser privatizada. Chegaria-se, assim, aos fins propostos: ao mesmo tempo em que se amplia o mercado para os empresários da educação, reduz-se ainda mais o investimento dos recursos que deveriam retornar à sociedade sob forma de serviço público inalienável.

Neste turbilhão, a academia, por estar inserida em uma sociedade mergulhada no marasmo, vive um momento bastante ambíguo: parece querer ser dragada por esta teia de perplexidade, ao mesmo tempo que a repudia, buscando escapar da asfixia imposta pelo projeto em curso, o qual não se circunscreve apenas à esfera do econômico, passando pelo político, pelo teórico, pelo cultural, enfim, atingindo na íntegra o tecido social.

O PAPEL DO GEÓGRAFO NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE PODER

Caímos novamente na geografia, pois os geógrafos são parte integrante da academia, sendo os próprios a expressão do processo mencionado. Na esteira da letargia, pode-se perecer, pois a dinâmica do capitalismo, particularmente em sua fase mais recente, ao mesmo tempo que impõe a maximização da produtividade, requer a paralisia nas reflexões, visto que a inquestionabilidade do modelo é também uma garantia de preservação.

Longe de sugerir que estamos sendo cooptados, buscamos refletir sobre a dificuldade em construir e disseminar modelos alternativos de compreensão e intervenção na realidade, dada a eficiência dos canais oficiais de (in)formação. Se o terreno é lodoso, deve-se de antemão considerar os riscos de nele caminhar. É sob o risco de escorregar, mas também de fortalecer-se, evitando maiores tropeços mais adiante, que podemos atuar.

Considerando que somos sujeitos políticos, nosso trabalho é o maior indicativo do compromisso que assumimos dentro desta sociedade de classes. Assim, o seu encaminhamento é também o encaminhamento de propostas, seja no sentido de manutenção do *status quo*, seja na luta por um país mais decente.

A geografia que, como vimos, nasce das necessidades de controle sobre o território, nos dá munição suficiente para invertermos a lógica do exercício do poder. Portanto, urge um esforço e um comprometimento crescente na discussão acerca do projeto de sociedade implantado e em curso no Brasil; afinal é este o país que queremos?

Neste momento, em que a garantia de ampliação da capacidade de acumulação se faz às custas do patrimônio e das conquistas históricas dos trabalhadores, explicita-se a vulnerabilidade de um povo que perde o que nem sequer vira consolidado, ampliando-se a exclusão no presente e as incertezas quanto ao futuro.

Por sermos geógrafos e nos dedicarmos por excelência à análise do espaço na perspectiva de relações de poder, não podemos nos furtar à tarefa de colocarmos este saber a serviço das classes desprivilegiadas, pois como nos lembra Yves Lacoste, a geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra. Para nós, não no sentido literal, mas uma guerra no nível das idéias, de forma a contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade menos desigual, de cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia. *Caminhos e descaminhos da geografia*. Campinas: Papirus, 1989.
- CORREA, Roberto L. *Trajatórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- EGLER, Claudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: *Geografia: conceitos e temas*. Org: Iná Elias de Castro et all. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 207-35.
- LACOSTE, Yves. *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MORAES, Antonio C.R. *Geografia: pequena história crítica*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- _____. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e Indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: AGB, n.º 58, , p. 5-64. set. 1981
- _____. O processo de industrialização no Brasil. In: *Geografia, Série Argumento*, São Paulo. Secretaria do Estado da Educação, 1993. p. 11-9.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.